



**ATA DA IV REUNIÃO DO FÓRUM AMAZONENSE DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS, BIODIVERSIDADE, SERVIÇOS AMBIENTAIS E ENERGIA
(FAMC)**

DATA: 09 de julho de 2010, Horário: 14h

LOCAL: Auditório da SUFRAMA

No dia 09 de julho de 2010, ocorreu a IV Reunião do Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Serviços Ambientais e Energia (FAMC). Iniciando com a fala da Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Sra. Nádia Ferreira, com a revisão e aprovação da Ata, em conjunto com os membros do FAMC. Ao termino das intervenções para revisão e aprovação da ATA da III Reunião, a Secretária Nádia Ferreira iniciou sua apresentação sobre a cronologia de atividades do Fórum e das discussões ao tema mudanças do clima, junto à sociedade civil e organizações não governamentais, abordando as prioridades de elaboração de produtos pelas Câmaras Temáticas estabelecida na I. Reunião do FAMC. Terminada a exposição, a FUNAI se manifestou para relatar sua atuação na Câmara Temática de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas do FAMC, pelo fato de a instituição não ter sido citada durante a apresentação da Sra. Nádia Ferreira. Posteriormente, o Sr. Aginaldo (GTA), fez uma breve explanação sobre a atuação do GTA diretamente em discussões relacionadas ao tema serviços ambientais como os “Critérios Socioambientais de REDD”. A Sra. Nádia indagou que alguns passos dentro da política ambiental do Amazonas já foram e estão sendo firmados cada vez mais, por exemplo, foi encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa do Amazonas (ALE-AM) algumas iniciativas como as propostas de Lei, Política Estadual de Inspeção Veicular, criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Amazonas, e a recategorização do Parque Estadual Nhamundá. Continuando a reunião, a Coordenadora Geral do Centro Estadual de Mudanças Climáticas (Ceclima) Sra. Natalie Unterstell, informou que o Centro, em parceria com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), irá realizar um curso sobre “Mudanças do Clima” no período de 19 a 21 de julho de 2010, sendo assim solicitou que as pré-inscrições sejam realizadas até o próximo dia 15 de julho. Terminada a rodada de informes, o Sr. Mariano Cenamo Coordenador, da câmara temática Uso do Solo, Florestas e Serviços Ambientais do FAMC, e Secretário Executivo do IDESAM, iniciou a sua fala sobre as ações da CT Uso do Solo, Florestas e Serviços



34 Ambientais, trazendo uma linha do tempo de prioridades definidas pelos membros da
35 câmara, como o Marco Legal de produtos e serviços ambientais do Estado do Amazonas.
36 Anunciou o processo da elaboração do marco legal, assim como a contratação de
37 consultoria jurídica especializada (Ludovino Lopes Advogados) e comentou sobre os
38 próximos passos para construção do marco legal, definidos durante reunião extraordinária
39 da CT Uso do Solo, Florestas e Serviços Ambientais do dia 08 de julho de 2010. O Sr.
40 Mariano informou aos membros que a CT Uso do Solo, Florestas e Serviços Ambientais
41 enviará um convite aos presentes na reunião extraordinária da câmara realizada no dia 24
42 de junho, para comporem o Comitê Técnico-Científico (CTC). A Sra. Nádia Ferreira deu
43 prosseguimento a reunião abrindo a palavra para dúvidas e esclarecimentos dos membros.
44 O Superintendente Técnico-Científico da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) Sr. João
45 Tezza comentou a respeito do mercado de REDD e suas transações, trazendo exemplos das
46 negociações ocorridas na Europa, e comentou a respeito de um mercado doméstico no
47 Brasil; continuou ainda falando sobre a oportunidade de abrangermos compensações
48 ambientais focando no Pólo Industrial de Manaus (PIM), pela grande posição de agente
49 econômico do Amazonas. Segundo o Sr. João Tezza, o PIM poderia utilizar da imagem
50 limpa (eco-marketing) por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais na linha de
51 “compensações”. Prosseguindo a discussão, o Sr. Mariano Cenamo, comentou sobre a
52 existência de “dois mundos” sendo eles os mercados e os mecanismos inovadores, assim
53 como as discussões internacionais para REDD+ que devem mobilizar cerca de 4 bilhões de
54 dólares americanos. O Dr. Manzi/ INPA, questionou se já houve algum documento
55 avaliando o potencial de compensação ambiental do PIM no Amazonas; o Sr. João Tezza
56 ressalta que desconhece análise para este assunto, porém nota foi realizado pela
57 Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em razão da Feira
58 Internacional da Amazônia, o inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A
59 Sra. Nádia Ferreira comentou que o estado do Amazonas junto à Conservação
60 Internacional (CI-Brasil), honrou um compromisso por meio de uma carta para
61 **Conservação da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável**, e que consta no item
62 B deste compromisso, que o setor privado realizará seu inventário de emissões GEEs.
63 Encerrada a apresentação da CT Uso do Solo, Florestas e Serviços Ambientais, foi dado
64 início a exposição da câmara temática de Energia, através de seu Coordenador, Sr. Rubem
65 Souza, informando que dentre as ações da CT Energia, está o acompanhamento dos
66 projetos da área energética em curso no Estado do Amazonas. Desta forma, a Câmara



67 Temática de Energia contou com a participação da Eletrobrás Amazonas Energia em três
68 apresentações, onde se discutiu o programa de Eficiência Energética, o Gás Natural Coari-
69 Manaus, e nessa discussão, ficou evidente a incerteza quanto será o valor do Gás para o
70 consumidor e, o programa Luz para Todos, onde ficou demonstrado que mesmo que se
71 cumpram as metas previstas, ainda ficariam por atender a mesma quantidade de Unidades
72 Consumidoras levantadas no SENSU de 2000, conforme atividades *in loco*. O Sr. Rubem
73 finalizou a linha do tempo da CT Energia comentando que a concessionária disponibiliza a
74 distribuição de energia para os Estados via edital. Continuando o 2º compromisso da CT
75 Energia está relacionado ao mercado de carbono, comentou que a CT Energia ainda não
76 pode prosseguir com a discussão sobre mercados de carbono no setor energético, tendo
77 como um dos encaminhamentos o enquadramento de um aluno para elaboração de uma
78 tese sobre mercados de carbono no setor energético do Amazonas, a 3ª prioridade que se
79 resume no inventário de emissões de GEEs do setor energético do Estado do Amazonas
80 apresentado posteriormente Dessa forma, a Sra. Nádia comentou que em relação ao
81 Gasoduto Coari-Manaus, tem como meta a data de 30 de setembro de 2010 ser totalmente
82 inaugurado, informando que a linha central já se encontra toda energizada e coube a Cigás
83 fazer os ramais urbanos, referentes a 43 km, onde 90% já estão concluídos, faltando
84 apenas os furos direcionais que estão sendo feitos. A seguir, o Sr. Aginaldo do GTA,
85 comentou que vem acompanhando a discussão do Programa Luz para Todos, e que a rede
86 GTA, considera que tal programa se compatibiliza melhor com “Programa Luz para
87 Poucos”, fato é que contempla poucos beneficiários, e que o Governo Federal já desistiu de
88 alcançar a meta do programa, sendo que a demanda foi acima do esperado, a rede GTA
89 ainda se impõe a preocupação como Gasoduto Coari-Manaus, atualmente na forma que
90 está desenhado e não está cumprindo as metas como a distribuição de energia para os
91 municípios que estão durante o trajeto dos dutos. E por fim, solicitou que fosse enviado um
92 convite para a Rede GTA para fazer parte da CT Energia. O Sr. Rubem finalizou
93 comentando que cada vez mais há alternativas de projetos, programas até mesmo ações no
94 tema energias alternativas e eficiências energéticas. O Dr. Manzi coordenador da CT de
95 Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, inicia a fala com o retrospecto das ações
96 da CT de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas do FAMC, tendo como um dos
97 andamentos a contratação de uma consultoria especializada em Geoprocessamento com o
98 apoio da Cooperação Alemã GTZ-Brasil para a elaboração parcial de um Mapa de
99 Vulnerabilidade do Estado do Amazonas. O Dr. Manzi explica que a meta para a



100 elaboração parcial do mapa de vulnerabilidade está previsto para 3 meses. O Dr. Manzi
101 finaliza sua apresentação explanando que dentre as atividades priorizadas na CT de
102 Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, vislumbra a elaboração e formatação de
103 um Fundo de Mudanças Climáticas do Amazonas e pede para a sra. Natalie Unterstell,
104 coordenadora do CECLIMA, compartilhar maiores informações. A sra. Natalie explicou
105 que houve uma tentativa de reunião de um sub-grupo da Câmara Temática para tratar do
106 tema mas que a mesma foi cancelada porque apenas CECLIMA e IDESAM
107 compareceram. A sra. Natalie esclareceu que o Fundo Estadual previsto originalmente na
108 Lei 3135/2007 foi revogado por conta de um decreto que, dentre outros, criou a FAS; e que
109 portanto a criação de um novo fundo enseja estudos de natureza contábil e de propósito.
110 Acrescentou que o Ceclima trabalha em um estudo como esse desde maio e que deve
111 apresentar proposta relacionada ao direcionamento de royalties de exploração de gás e
112 petróleo no Estado, conforme exemplo do Estado do Espírito Santo, até o mês de
113 Dezembro de 2010. A sra. Nádia apresentou dados sobre royalties atualmente, da ordem de
114 150 milhões de reais por ano. Aberta a palavra para esclarecimentos o Sr. Mariano do
115 IDESAM questiona se um acordo firmado com a CI-Brasil é uma oportunidade para se
116 obter recursos para a operacionalização do FAMC, assim como o Fundo de Mudanças
117 Climáticas. A Sra. Nádia esclarece que este acordo assinado com a CI-Brasil não é um
118 convênio, não almeja repasse de recursos. O Sr. Munir da FAEA solicitou a inserção da
119 FAEA nas discussões sobre o Fundo de Mudanças Climáticas. A Sra. Nádia relatou os
120 pontos de compromissos estabelecidos na Carta de declara de compromisso do Estado do
121 Amazonas e a CI-Brasil, por meio de uma leitura de tal documento. Terminada as
122 discussões o Sr. Rubens fez uma apresentação sobre o Inventário de Emissões do Setor
123 Energético do Estado do Amazonas e iniciou sua fala nivelando sobre inventário de efeito
124 estufa, qual a parcela de contribuição dos gases de efeito estufa para o aquecimento global,
125 as metodologias de calculo para a elaboração dos inventários de emissões, tipos de
126 abordagens, assim como dados parciais do inventário de emissões de gases de efeito estufa
127 do setor elétrico do interior do Amazonas. Próximos passos do inventário, segundo o Sr.
128 Rubem, é o inventário da capital do Estado do Amazonas “Manaus”, compartilhando com
129 todos que há uma grande complexidade para prosseguir tal etapa, pelo motivo que a
130 distribuição de energia elétrica tem origem de várias concessionárias privadas.
131 Representante do IDAM, Sr. Sérgio, contribui com sua fala abordando que as ligações
132 clandestinas nos interiores chega a 37%. Prosseguindo com a reunião do FAMC o Dr. Niro



Higuchi inicio sua apresentação abordando a temática Serviços Ambientais (SA) da Amazônia, foi focado em metodologias de como quantificar e qualificar o SA. De forma que o Dr. Niro apresentou em linhas gerais como é feita a medição de carbono pelo INPA, desde 1987.. As 17:30 foi dada inicio a apresentação do escritório Ludovino Lopes Advogados (LL) representado pelo Dr. Ludovino Lopes, abordando sobre o marco legal de SA no Amazonas, em linhas gerais sobre Serviços Ambientais no âmbito Internacional, Nacional e no Estado do Amazonas, assim como os mercados subnacionais e internacionais. Segundo o Dr. Ludovino, a ABNT busca regulamentar o mercado voluntário no Brasil. Finalizado a apresentação, a Sra Nadia Ferreira questionou se já foi estabelecido um calendário pra a realização dos trabalhos na elaboração do Marco Legal de Serviços Ambientais, tendo assim como prazo a primeira etapa, uma média de sessenta dias, conforme resposta do Sr. Ludovino Lopes. Após foi efetivada uma intervenção do Sr. Muni Lourenço representante da FAEA se mostrando satisfeito com a fala do Dr. Ludovino Lopes, pela abrangência do Marco Legal intercalando todos setores econômicos do Estado do Amazonas, assim como as áreas privadas. Posteriormente o Sr. João Tezza comentou sobre a apresentação do Sr. Ludovino quanto ao estabelecimento de mecanismo se não é pertinente a CT Florestas receber do Fórum o indicativo e a recomendação de pensarmos nesses mecanismos de compensação entre setores que emitem e setores que podem evitar emissão, como por exemplo, indústrias e florestas com tema para a construção do marco legal de serviços ambientais. Desta forma a Sra Natalie Unterstell – CECLIMA/SDS solicitou que essa recomendação fique registrada em ata para que possa dar encaminhamento. E por fim a Sra Eliza Vandelli – EMBRAPA ressaltou a importância da construção de capacidades no tema, necessitando assim do apoio das instituições parceiras para isso.

Após o final da reunião, foi elaborada esta Ata que será aprovada na próxima reunião, assinada por mim, _____, pelo representante da Presidência, _____, e demais membros representantes das instituições no Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais.